


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000093-25.2015.8.26.0555**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Johnys Aparecido Boni**

VISTOS.

JOHNYS APARECIDO BONI, qualificado a fls.8, foi denunciado como incurso no art.155, "caput", c.c. art.14, II, do CP, porque em 28.2.2015, por volta de 22h00, na Rodovia SP-310, quilômetro 227, área rural, tentou subtrair para si um caminhão, placas ELP-1196, pertencente à empresa São Carlos ambiental Serv. Limp. URB E TRA, não consumando o delito por circunstâncias que independeram de sua vontade.

Consta que o réu estava nu, pois havia fugido pelo mato, onde suas roupas ficaram rasgadas e, tendo chegado até o caminhão, entrou na cabine e saiu com o veículo, praticando, assim, a subtração.

Contudo, a polícia militar foi chamada e o caminhão foi seguido e abordado, não se consumando a infração por razões que independeram da vontade do réu.

Recebida a denúncia (fls.46), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.194).

Em instrução foram ouvidas a vítima, duas testemunhas de acusação e o réu (fls.238/241), realizando-se exame de dependência (fls.270).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a aplicação da medida de segurança; a defesa pediu a aplicação do art.45 da Lei nº11.343/06.

É o relatório

D E C I D O

O laudo pericial concluiu ser o réu, na época dos fatos, inimputável (fls.270), reforçando a prova oral colhida em juízo, notadamente o interrogatório (fls.241), em razão da politoxicomania (CID F19.5 – transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas – transtorno psicótico).

As testemunhas (fls.239/240) confirmaram ter feito o acompanhamento do caminhão subtraído e Ronival (fls.240), ao descrever o réu, referiu-se a uma pessoa nua que parecia “fora do ar” e aparentemente não falava “coisa com coisa”, sendo evidente que não tinha, naquele momento, capacidade de entendimento e autodeterminação.

Destarte, havendo fato típico com réu inimputável, a absolvição imprópria é de rigor, observando-se o art.45 da Lei nº11.343/06; deverá o réu, contudo, ser submetido a tratamento médico adequado (art.45, parágrafo único, da Lei nº11.343/06) que, no caso, é o ambulatorial, posto que o laudo de fls.270/270v não indica, nesse momento, periculosidade a justificar a internação, pois trabalha como voluntário na comunidade terapêutica onde esteve internado, com recuperação satisfatória, e está, segundo o perito oficial, lúcido e orientado globalmente, com capacidade de julgamento conservada, atitude e apresentação pessoal adequadas, o que não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

recomenda a internação mas tão somente o controle da recuperação em curso, por meio de avaliação médica periódica própria do tratamento ambulatorial, proporcional e admitido pela jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça (REsp 324091/SP, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j.16.12.2003, REsp 111167/DF, 6ª Turma, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, j.15.4.1997).

Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE a ação e absolvo Jonhys Aparecido Boni, com fundamento no art.386, VI, do Código de Processo Penal.

Em consequência, imponho-lhe medida de segurança consistente no tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, podendo ser realizada perícia em prazo menor, nos termos do art.97, §2º, do CP, se necessária.

Transitada em julgado, expeça-se guia para execução.

Sem custas.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de julho de 2017

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**